

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA CÂMARA TÉCNICA DE ESTUDOS GERAIS – CTEG – 18.06.2020

1 No décimo oitavo dia do mês de junho de 2020, às 10h10min, o Comitê das Bacias Hidrográficas
2 dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim – Comitê Guandu/RJ, deu início à 2ª Reunião
3 Ordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais, não presencial, via plataforma de
4 videoconferência, tendo como pauta os seguintes assuntos: **1- Apresentação, Leitura e**
5 **Aprovação da pauta; 2- Aprovação das minutas de atas das reuniões ordinárias de**
6 **03.10.2019; 07.11.2019 e 05.03.2020; 3- Analisar e, estando de acordo, emitir concordância**
7 **ao termo de referência para contratação do Plano Diretor Florestal; 4- Analisar e, estando**
8 **de acordo, emitir concordância para a aquisição de imagem de satélite da RH II; 5-**
9 **Assuntos Gerais.** Markus Budzynkzz (ADEFIMPA-RJ) cumprimentou a todos e iniciou a
10 reunião. **Item 1** - Apresentação, Leitura e Aprovação da pauta; Após isso, indagou se todos
11 concordavam com a pauta. José Arnaldo (P.M. NOVA IGUAÇU) lembrou o assunto referente
12 ao aumento do valor do PERH, disse que o valor não está no PAP. Questionou se haverá uma
13 minuta do Termo de Referência para ser apresentada na Plenária e na CTIL-G. Solicitou
14 esclarecimentos do coordenador e do Hendrik Mansur sobre o assunto do item 3. Também
15 mencionou que todas as demais instâncias realizaram reuniões virtuais, exceto a câmara técnica
16 e a plenária. Citou que a espera por uma resolução, que regulasse as reuniões virtuais, atrasou
17 as atividades. Markus Budzynkzz (ADEFIMPA-RJ) indagou se esse assunto consta na ata da
18 reunião anterior, que a ser debatida. José Arnaldo (P.M. NOVA IGUAÇU) informou que constava
19 a proposta de uma reunião conjunta entre as câmaras técnicas. Fátima Rocha (AGEVAP)
20 sugeriu que esse assunto fosse debatido no item de pauta relacionado. Markus Budzynkzz
21 (ADEFIMPA-RJ) concordou com Fátima Rocha e sugeriu que o José Arnaldo aguardasse o item
22 3 da pauta para apresentar seus questionamentos. Sobre as reuniões virtuais informou que era
23 necessário aguardar a resolução. Após isso, Fátima Rocha (AGEVAP) fez a chamada nominal
24 para aprovação da pauta, sem objeções a pauta foi aprovada. **Item 2-** Aprovação das minutas
25 de atas das reuniões ordinárias de 03.10.2019; 07.11.2019 e 05.03.2020 Markus Budzynkzz
26 (ADEFIMPA-RJ) perguntou se todos concordavam com a ata do dia 03.10.2019. Amsterdan
27 Ribeiro (P.M.PIRÁÍ) solicitou a leitura da ata do dia 03.10.2019. Lucas Pereira (AGEVAP)
28 realizou a leitura da ata e não houve contribuições. Ata foi aprovada. Após isso, realizou a leitura
29 da ata do dia 07.11.2019 e não houve contribuições. Ata foi aprovada. Também realizou a leitura
30 da ata do dia 05.03.2020. José Arnaldo (P.M.NOVA IGUAÇU) questionou sobre a realização da
31 reunião conjunta. Mencionou que não consta em ata a fala do Nelson sobre a origem do recurso
32 dos comitês e a reunião da secretaria de fazenda com o GAEMA, solicitou que seja incluída.
33 Comentou que a falta de reuniões virtuais da CTIL-G gerou atrasos. Mencionou que as outras
34 instâncias do comitê realizaram reuniões por videoconferência sem a autorização da resolução

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA CÂMARA TÉCNICA DE ESTUDOS GERAIS – CTEG – 18.06.2020

35 do CERHI. Indicou que esperar pela aprovação significou rigidez e gerou atrasos nas decisões
36 da CTIL-G. Apontou que o PAP relaciona-se com o Plano Plurianual dos Municípios à luz do
37 direito administrativo. Citou que está solicitando os extratos bancários de todos os recursos
38 referente à saneamento para garantir a segurança jurídica pois, a Cedae e o INEA não sabem
39 informar os valores. Citou que houve problemas de improbidade administrativa no projeto de
40 Piraí. Fátima Rocha (AGEVAP) solicitou que os membros decidam pela reanálise da ata, para
41 que a Secretaria Executiva inclua as falas solicitadas pelo José Arnaldo. Amsterdan Ribeiro
42 (P.M.PIRAÍ) indicou que é necessário corrigir as falhas na ata. Disse que o comitê tem se tornado
43 muito político, independentemente do segmento. Destacou que isso está atrapalhando os
44 trabalhos do comitê. Mencionou que algumas pessoas utilizam o regimento interno conforme
45 seus interesses pessoais. Destacou que, se essa situação persistir, as pessoas realmente
46 comprometidas com a questão hídrica sairão do comitê e restarão apenas àquelas com interesse
47 político. Solicitou que seja feita uma reunião conjunta entre as câmaras técnicas e os grupos de
48 trabalhos envolvidos para resolver as pendências de forma conjunta. Markus Budzynkzz
49 (ADEFIMPA-RJ RJ) concordou com a fala do José Arnaldo e solicitou que sua fala fosse
50 colocada após a fala do Nelson, informou que não houve concordância com a presença do
51 Nelson como diretor. Concordou com a realização de uma reunião conjunta entre as câmaras
52 técnicas. Antonio Souza (AGEVAP) lembrou que sua explanação na reunião do dia 05/03/2020
53 foi incentivada pelo Nelson Reis. Destacou que a resolução do PAP define onde os recursos
54 serão aplicados em linha macro, desta forma uma carta do comitê com vários documentos e
55 uma resolução ad referendum do CERHI são a documentação exigida pelo Sistema Estadual,
56 atualmente, para solicitar recursos do FUNDRHI, junto ao INEA. Lembrou que explicou na
57 reunião anterior que a resolução do PAP, juntamente com outros documentos, são exigidos para
58 a solicitação de recursos. Destacou que isso não exclui a aprovação em plenária. Indicou que o
59 PAP é um instrumento que busca dar celeridade aos processos, para que não haja a
60 necessidade de toda ação ter uma resolução para aprová-la. Dentro de suas linhas macros o
61 desembolso do recurso é decidido dentro do comitê. Explicou que o PAP e a aprovação plenária
62 são duas coisas distintas. Frisou que existem projetos em andamento que não tem resolução
63 específica, mas estão descritos no PAP, deu como exemplo o projeto de Saneamento Rural.
64 Disse que todos os comitês atuam dessa forma e indicou que se for necessário ter resolução
65 para todos os projetos em andamento, muitos seriam revogados. Hendrik Mansur (TNC) solicitou
66 que os coordenadores mantenham a ordem no debate dos itens de pauta. Mencionou que se
67 pronunciará sobre a resolução quando o assunto estiver em pauta. Também solicitou mudanças
68 em sua fala na ata e contribuiu nas alterações. Amsterdan Ribeiro (P.M.PIRAÍ) destacou que

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA CÂMARA TÉCNICA DE ESTUDOS GERAIS – CTEG – 18.06.2020

69 sua fala estava de acordo com os itens em debate e não concordou com os apontamentos do
70 Hendrik. Informou que sairá da reunião. Fátima Rocha (AGEVAP) releu o encaminhamento do
71 Amisterdan para a votação. Markus Budzynkzz (ADEFIMPA-RJ RJ) solicitou que seja feita uma
72 votação para aprovação do encaminhamento do Amisterdan e solicitou a Secretaria Executiva
73 que verifique uma data para a próxima reunião extraordinária conjunta das câmaras técnicas.
74 Fatima Rocha (AGEVAP) informou que irá verificar uma data na agenda para uma reunião
75 extraordinária conjunta. Markus Budzynkzz (ADEFIMPA-RJ RJ) sugeriu que a proposta seja
76 aprovada dia 02/07, após contribuições, conforme sugestão do Hendrik. Fátima Rocha
77 (AGEVAP) informou que irá abrir prazo para contribuições à ata por e-mail. Encaminhamento:
78 Solicitar contribuições e adiar para próxima reunião a aprovação da minuta de ata de 05.03.2020.
79 **Item 3** - Analisar e, estando de acordo, emitir concordância ao termo de referência para
80 contratação do Plano Diretor Florestal; Gabriela Teixeira (AGEVAP) realizou a apresentação do
81 item 3 da pauta sobre a contratação do Plano Diretor Florestal. Indicou que essa ação foi prevista
82 no PERH. Informou que houve discussões sobre o escopo do plano no GTIV. Disse que foi
83 identificado que os objetivos do Plano Diretor Florestal eram semelhantes ao Plano Municipal de
84 Mata Atlântica, por isso, foi proposto a junção desses planos. Mencionou que a proposta é
85 realizar os planos municipais de mata atlântica e, depois, consolidá-los no Plano Diretor
86 Florestal. Demonstrou que foram realizadas as consultas aos municípios e indicou que os
87 municípios de Miguel Pereira, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro não serão contemplados. O Rio de
88 Janeiro já possui esse documento, mas os municípios de Miguel Pereira e Nova Iguaçu possuem
89 planos em elaboração. Explanou os objetivos do termo de referência e suas especificações
90 técnicas; as etapas de execução. Sobre os valores previstos e calculados, indicou que precisa
91 da aprovação de todas as instâncias do comitê. Também expôs a linha do PAP a ser utilizada,
92 destacando que há recursos disponíveis na AGEVAP para execução da ação. Luiz Fernando
93 (EMBRAPA) perguntou a Gabriela Teixeira se os municípios que já possuem seus planos
94 estariam de acordo em ceder seus trabalhos para compor o plano diretor florestal. Gabriela
95 Teixeira (AGEVAP) informou que não havia esse questionamento na carta que foi enviada pelo
96 comitê. Mas mencionou que os planos, após concluídos, são públicos. Indicou que pode
97 perguntar aos municípios (Rio de Janeiro, Miguel Pereira e Nova Iguaçu) se estão de acordo,
98 caso os membros considerem relevante, pois há informações nos planos que não são públicas
99 e podem ser necessárias posteriormente. Luiz Fernando (EMBRAPA) considerou o envio da
100 carta relevante para que haja nivelamento do esforço dos municípios. José Arnaldo (P.M. NOVA
101 IGUAÇU) citou que o termo de referência (TDR) reflete todas as proposições das reuniões da
102 câmara técnica que trataram do tema. Destacou que o TDR informa como deve ser elaborado o

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA CÂMARA TÉCNICA DE ESTUDOS GERAIS – CTEG – 18.06.2020

103 PDF, sendo isso uma obrigação. Pediu desculpas à Gabriela Teixeira por suas oposições ao
104 acordo de cooperação técnica. Citou a saída da Andreia Loureiro do comitê, lamentando o fato.
105 Referendou suas decisões e solicitou que os técnicos sejam respeitados, sejam eles
106 concursados ou não. Demonstrou-se favorável ao encaminhamento do plano de Nova Iguaçu
107 para gerar nivelamento e segurança jurídica. Hendrik Mansur (TNC) indicou que além de ter
108 acesso aos planos, é necessário ter mais envolvimento dos municípios na elaboração do Plano
109 Diretor Florestal. Citou que existe um parecer jurídico quanto à necessidade de resolução para
110 ações do comitê. Questionou se no documento do Plano Diretor haverá necessidade de
111 resolução ou se há interesse da câmara técnica em criar ou não uma resolução para isso, devido
112 ao aumento do valor. Propôs que seja feita uma resolução de forma deliberativa e voluntária,
113 não obrigatória. Markus Budzynkz (ADEFIMPA-RJ RJ) concordou com as falas anteriores e com
114 a proposta do Hendrik para a criação de uma resolução de forma conjunta. Fátima Rocha
115 (AGEVAP) solicitou que o Hendrik Mansur repetisse qual seria o encaminhamento. Hendrik
116 Mansur (TNC) propôs que seu encaminhamento é a criação de uma resolução voluntária em
117 função do aumento do valor do Plano Diretor Florestal e, também, em função da falta de
118 atualização do PAP. Indicou que o novo valor do Plano Diretor Florestal é maior do que o previsto
119 no Plano de Bacia. Fátima Rocha informou que realizará a votação para proposta do Hendrik.
120 Diante disso, realizou a votação nominal e os membros concordaram com a proposta de
121 encaminhamento. Encaminhamento: Elaboração da resolução voluntária conjunta para a ação
122 Plano Diretor Florestal em função do aumento do valor e, também, em função da falta de
123 atualização do PAP. **Item 4** - Analisar e, estando de acordo, emitir concordância para a aquisição
124 de imagem de satélite da RH II; Gabriela Teixeira (AGEVAP) realizou a apresentação da Nota
125 Técnica que trata sobre a aquisição de imagem de satélite da RH II. Sugeriu que a imagem
126 contemple uma área maior do que a Região Hidrográfica II, contemplando a totalidade dos
127 municípios, sem incluir o município do Rio de Janeiro, pois o mesmo já possui imagens de
128 satélite. Hendrik Mansur (TNC) informou que essa demanda por imagens de satélite surgiu do
129 Plano Diretor Florestal. Esclareceu objetivo era incluir essas imagens junto ao plano mas, em
130 função do aumento do valor, foi necessário elaborar uma Nota Técnica. Citou que as imagens
131 serão utilizadas para o plano diretor florestal mas, poderão ser utilizadas para outros fins de
132 pesquisa, conforme critérios de uso. Sugeriu que fosse incluído uma licença para o INEA, para
133 fins de fortalecimento de política pública. Indagou se o valor iria aumentar muito se fosse incluída
134 a licença para o INEA. Gabriela Teixeira (AGEVAP) informou que pode fazer a consulta ao INEA.
135 E citou que o INEA já possui essas imagens, porém com restrições de disponibilização devido a
136 sua própria licença de uso. José Arnaldo (P.M. NOVA IGUAÇU) parabenizou a elaboração da

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA CÂMARA TÉCNICA DE ESTUDOS GERAIS – CTEG – 18.06.2020

137 nota técnica. Agradeceu pela disponibilização da licença ao município de Nova Iguaçu. Destacou
138 que isso permitirá o cumprimento dos Planos Municipais de Mata Atlântica e permitirá o controle
139 das ações para planejamento e para mitigar impactos. Citou a resolução 124. Indicou que é
140 necessário ter cuidado na destinação dos recursos. Colocou-se favorável a elaboração de uma
141 resolução que inclua a aquisição de imagens e disse que isto possibilitará o controle social e a
142 segurança jurídica. Hendrik Mansur (TNC) sugeriu que, após a aprovação, a aquisição de
143 imagens seja acrescentada na mesma resolução que regula o plano diretor florestal, pois é um
144 instrumento para este. Markus Budzynkz (ADEFIMPA-RJ RJ) sugeriu que seja votada a proposta
145 do Hendrik sobre a inclusão da aquisição de imagens junto a resolução do plano diretor florestal.
146 Fátima Rocha (AGEVAP) realizou a chamada nominal para votação da proposta. Decio Tubbs
147 (ABAS) sugeriu que os membros que não conseguirem conectar registrem seu voto pelo
148 whatsapp. Markus Budzynkz (ADEFIMPA-RJ RJ) concordou com a proposta do Decio Tubbs.
149 Encaminhamento: Elaboração da resolução conjunta para as ações Plano Diretor Florestal e
150 aquisição de imagem por satélite. **Item 5 – Assuntos Gerais.** Fátima Rocha (AGEVAP) informou
151 que a data disponível para a 3ª reunião conjunta extraordinária das Câmaras Técnicas é dia
152 07/07/2020, às 13h:30min. E indagou se a resolução que será aprovada será debatida na
153 reunião conjunta. Markus Budzynkz (ADEFIMPA-RJ RJ) disse que a resolução será debatida na
154 reunião conjunta. Fátima Rocha (AGEVAP) realizou a chamada nominal dos membros para
155 aprovarem a data da reunião conjunta. Sem objeções a data foi aprovada. José Arnaldo (P.M.
156 NOVA IGUAÇU) sugeriu que a minuta de resolução fosse encaminhada para a CTIL-G e para a
157 CTEG. Gabriela Teixeira (AGEVAP) mencionou que se a resolução entrar como pauta da CTEG
158 e da CTIL-G não haveria tempo para corrigir falhas. Fátima Rocha (AGEVAP) sugeriu que haja
159 consulta aos coordenadores das instâncias sobre os assuntos de pauta. Markus Budzynkz
160 (ADEFIMPA-RJ RJ) sugeriu que se mantenha a reunião do dia 07/07/2020.
161 ENCAMINHAMENTO: Agendar reunião conjunta com a CTIL-G para tratar os assuntos
162 pendentes e a minuta de Resolução que autoriza os investimentos para a elaboração dos Planos
163 Municipais Mata Atlântica e para a aquisição das imagens de satélite. Consultar a CTIL-G para
164 a data 07.07.2020. Após isso, Markus Budzynkz (ADEFIMPA-RJ RJ) agradeceu a presença de
165 todos e encerrou a reunião às 12h:41min. Eu, Grayciele Santos, tomo a termo esta ata que segue
166 assinada por:
167

Markus Stephan Wolfjdunkell Budzynkz

Amisterdan Ribeiro Cristo

(ADEFIMPA-RJ-RJ)

(P.M. Pirai)

Coordenador CTEG

Subcoordenador CTEG

168
169

170 **Presentes:** Mayná Coutinho Morais (CEDAE); Janaína da Silva Vettorazzi (CK Paracambi);
171 Jaime Henrique dos Santos (SINTSAMA); Decio Tubbs (ABAS); Markus Stephan Wolfjdunkell
172 Budzynkzz (ADEFIMPA-RJ-RJ); Antonio Linhares Sobrinho *substituto* (FAM RIO); Amisterdan
173 Ribeiro Cristo (P.M. Pirai); José Arnaldo dos Anjos de Oliveira (P.M. Nova Iguaçu); Luiz Fernando
174 Duarte Moraes (EMBRAPA); Carla R. Moutinho Targueta (Fiscalização e pós- licenciamento –
175 P.M. Itaguaí)

176 **Convidados:** Fatima Rocha (AGEVAP); Lucas Almeida (AGEVAP); Gabriela M. Teixeira
177 (AGEVAP); Antonio Souza (AGEVAP); Grayciele Santos (AGEVAP); Franziska Huber
178 (FAETERJ); Hendrik Mansur (TNC); Rayane Borges Viana (GERDAU Cosigua); Marcelo Danilo
179 S. Bogalhão (ANAGEA-RJ); Maria Clara Marques (C.I. Brasil); Pedro Paes Leme
180 (SEMADETUR).